

Mulatas: nem brancas, nem negras, nem humanas

LINDINALVA CORREIA RODRIGUES

VLÁDIA MARIA DE MOURA SOARES

RESUMO: No Brasil das disparidades, a sociedade ainda opera a exclusão das mulheres e seu confinamento no âmbito privado. Os estereótipos afetam mulheres diferentes de formas diversas; as mulheres negras nunca foram tratadas como frágeis. As mulatas ganham visibilidade apenas no carnaval, de forma coisificada, exaltadas pela música e eternizadas pela literatura como personagens inumanos, sempre requebrando e seduzindo, elas têm vida curta, pois duram o tempo de seu encantamento.

Palavras-chave: Mulatas. Canções sobre Mulatas. Miscigenação. Branqueamento. Invisibilidade.



Mulatta: not white, not black, not humans

ABSTRACT: In the Brazil of disparities, society still operates the exclusion of women and their confinement in the private realm. Stereotypes affect different women in different ways; black women have never been treated as fragile. The mulatta gain visibility only in carnival, in an objectified way, exalted by music and eternalized by literature as inhuman characters, always dancing and seducing. They are short-lived, as they only last the length of their enchantment.

Keywords: Mulatta. Songs about Mulatta. Miscegenation. Whitewash. Invisibility.

LINDINALVA CORREIA RODRIGUES

Promotora de Justiça do Ministério Público do Estado de Mato Grosso e mestranda em Direitos Humanos da pós-graduação da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT.
E-mail: lindicrodrigues@gmail.com

VLÁDIA MARIA DE MOURA SOARES

Professora de graduação e pós-graduação da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT.
E-mail: professoravladiasoares@gmail.com

RECEBIDO: 15/04/2020

APROVADO: 05/01/2021

1 Introdução

Nem é branca nem é negra. Ela tem a canela na cor. Não é minha não tem dono. Tem amor e não tem pudor. Sabe mostrar os segredos do corpo. Sabe fazer o que a gente quer. Ela não quer só um homem na vida. Quer se exibir pra quem quiser ver [...].¹

“O teu cabelo não nega mulata, porque és mulata na cor, mas como a cor não pega mulata, mulata, eu quero o teu amor”². Desde 1929, no Brasil, as mulatas foram “exaltadas” pela música, que as objetificava, estigmatizando-as como “coisas” belas, atraentes e sensuais, na medida certa para a satisfação da lascívia masculina. Mas, e se a cor pegasse? Evidentemente, se a cor pegasse, adeus mulata, cujo “amor” só servia para servir.

Os compositores da época verbalizaram costumes naturalizados e aceitos como normais, ofertando as mulatas em bandejas nos carnavais e fora deles. Mulatas, quem anseia? A cor indesejada não era contagiosa, tornando o corpo dessas mulheres sem humanidade; apetecível.

E a “consagração” da mulata continua na canção: “Tens um sabor, bem do Brasil, tens a alma cor de anil. Mulata, mulatinha, meu amor, fui nomeado teu tenente interventor [...]”. O sabor de algo comestível. A ausência de alma, pela coloração azul anil, colorido, alegre, destinado a brincadeiras festivas e à nomeação de um proprietário, um dono temporário e ocasional (o tenente interventor). Muito preconceito em poucas palavras, a realidade nua e crua dessas mulheres formosas e caricatas – exuberantes como personagens e invisíveis enquanto seres humanos reais.

Dezoito anos antes do surgimento dessa canção, em julho de 1911, realizou-se em Londres, na Inglaterra, o Primeiro Congresso Universal das Raças, que tinha o propósito de buscar soluções para os países com problemas étnico/raciais. O Encontro recebeu delegações de diversos países, inclusive do Brasil.

1 “La Mulata”. Por Emílio Santiago.

2 “Mulata” era o título original composta pelos irmãos Valença em 1929. Em 1931, Lamartine Babo adaptou a marcha ao “estilo carioca”, nominando-a como “O teu cabelo não nega”.

Na ocasião, os Estados Unidos da América se fizeram representar pelo líder intelectual negro William Edward Burghardt (Du Bois), e, o Brasil, fez-se por Jean Baptiste de Lacerda, então diretor do Museu Nacional. Na ocasião, Du Bois exaltou o passado de combate dos negros americanos, justificando a legitimidade de suas demandas contra a violência, o preconceito racial, a desigualdade e a exclusão. Assim,

De acordo com Du Bois, muitos analistas da situação do pós-guerra perceberam que “a população do Sul parecia ter transferido sua ira contra o governo federal para as pessoas de cor”. Em Alabama, Mississippi e Louisiana, dizia-se que em 1866: A vida de um negro não vale grande coisa aqui. Vi um que levou um tiro na perna enquanto montava em uma mula porque o agressor achou que daria mais trabalho pedir para ele descer do que atirar (DAVIS, 2016).

Ao tempo que Du Bois denunciava esses preconceitos e abusos, Lacerda, o representante brasileiro, previu e enalteceu o branqueamento dos negros brasileiros, ressaltando que a mestiçagem modificaria o perfil deles em questão de tempo, asseverando que, em poucas gerações, o Brasil seria um país de brancos.

O projeto apresentado pelo Brasil no congresso para “resolver” a questão racial revelou, sem pudores, a intenção dos dirigentes do país, presidido na época por Hermes da Fonseca: exterminar física e culturalmente os negros no prazo de cem anos.

Algumas das estratégias para acabar com os negros, e assim alcançar tais objetivos, se daria pela miscigenação, pelo extermínio e pelo apagamento cultural e referencial. Esse eugenismo era embasado inclusive em teorias científicas da época, que reafirmavam a superioridade genética dos brancos que, segundo eles, teria que prevalecer pelo bom desenvolvimento do país. Por esse motivo, cientistas, literatos, artistas, políticos e intelectuais disseminavam a ideia de que o fenótipo negro desapareceria do Brasil até o ano de 2011.

Observa-se que o embranquecimento antevisto por Lacerda foi apresentado como uma “evolução” da raça negra, a ser alcançada por meio do cruzamento de raças, cuja participação sexual dos brancos deveria ser vista como uma espécie de “favor” a ser prestado aos negros, sobretudo, e especialmente, às mulheres negras.

Esse branqueamento se converteu em política pública, embaçada no entendimento político e preceito cultural do período. Indo além, de acordo com a Enciclopédia Brasileira da Diáspora Africana, em 1921, os então deputados federais Andrade Bezerra e Cincinato Braga elaboraram um projeto no Congresso Nacional que proibia a imigração de “indivíduos humanos das raças de cor preta” (LOPES, 2011).

O preconceito contra negros e negras era declarado, aceito, justificado e considerado absolutamente natural. Vejamos:

No Brasil, a partir de meados do século XIX, com as constantes epidemias de febre amarela e cólera que assolavam as cidades, aumentou a pressão, por parte dos médicos higienistas, para que os bebês brancos passassem a ser amamentados por suas próprias mães. Além da tentativa dos médicos de criar a “nova mãe”, ou a “mãe higiênica”, na década de 1880 surgiram algumas propostas de regulamentação do serviço de criadas e amas de leite (livres ou escravas), com constantes exames médicos em clínicas que eram criadas para isso, visando dar mais garantias aos patrões de que seus filhos, caso não houvesse outro jeito e precisassem ser nutridos por amas de leite, estariam mais protegidos contra uma série de doenças e germes de moléstias “suspeitas”, que os médicos acreditavam que as amas poderiam lhes transmitir (XAVIER, 2012).

Sem dúvidas foram tempos sombrios, de contínua demonização dos negros, da civilização africana e de suas matrizes. Contudo, infelizmente, o Brasil continua mantendo o racismo de forma institucionalizada, como um projeto velado de nação. Mulheres, gênero e raça são temas intersexuais proibidos em um país socialmente racista e machista, marcado pela exclusão feminina, com políticas precárias que, além de não abrangerem as mulheres, alcançam ainda menos as mulheres negras.

Nesse sentido, percebe-se que vivemos em uma sociedade da inimizade, em que aquele rotulado como “inimigo” deve ser, a qualquer custo, exterminado. É diante dessa estrutura que a nação brasileira mostra sua face, enquanto sociedade colonialista, escravista moderna, em que permanece a política de “nadiificação do negro”.

No interior dessa realidade discriminatória e cruel é que se encontram as mulatas, nem brancas e nem negras, comprimidas por múltiplas estruturas de dominação, com uma completa inaptidão para a vida pública e política, segundo padrões internalizados e reproduzidos como forma de alienação e despotismo, que as resumem a um corpo – incompleto, coisificado e destinado ao prazer sexual masculino.

2 O termo “mulata” originado de “mula”

“É muito mais difícil destruir o impalpável do que o real”.³

O termo “mulata” vem das palavras em espanhol e em português designadas para a mula, o animal mamífero híbrido, originário do cruzamento do asno macho com a égua fêmea ou do cavalo com burra, apreciada pela força física de carregar cargas e pela resistência, sendo de fácil manejo e de vida longa.

O nome advém do latim “*mulus*”, que significa, ao mesmo tempo, mula e mulata, termo que passou a aplicar-se às filhas de homens brancos com mulheres negras. Logo, a denominação mulata tem raiz fundamentada em um animal, igualmente como o “crioulo”, termo que se usava para designar os negros, que também se origina do conceito de uma raça de cavalo.

Assim, no século XV, a língua portuguesa buscou no latim “*mulus*”, a palavra “mulo”, enquanto no século XVI, por influência do espanhol, o termo “mulato e mulata” passaram a ser usados para designar um mulato ou mulata jovens, por similitude com o caráter mestiço do animal. Com isso, a palavra passou, segundo o dicionário Houaiss, a ser aplicada também como adjetivo e como substantivo para se referir a pessoas descendentes da miscigenação entre brancos e negros.

É irrefutável o tom depreciativo dessa associação original, somente justificável em face do racismo oriundo do período escravocrata, no qual os negros eram apontados como animais de rebanho.

3 Virginia Wolf.

Mistura do colonizador português, do indígena e do escravo negro africano, a formação do povo brasileiro inclui, dentre outros, as figuras singulares das mulatas. Louvadas e exaltadas pela arte, tal como desqualificadas e ignoradas enquanto sujeitas de direitos, a mulata é uma figura recorrente nas canções brasileiras, marcando sua presença como mulheres exóticas, alegres, sensuais, vulgares, libertinas e imorais, capazes de exercer um fascínio irresistível, hábeis para seduzir os homens mais virtuosos e comportados, comprometidos ou não, e destinadas sempre à vivência de paixões fugazes e efêmeras, em relações sem compromisso e clandestinas.

3 As mulatas personificadas pelas canções: libertinas, fegasas, sedutoras e irresistíveis

As negras mestiças, no Brasil apelidadas de “mulatas”, foram durante muito tempo fonte de inspiração para cantores e compositores, que as exaltaram em suas cantigas por sua beleza e sensualidade. Eram retratadas em corpos bem definidos, com bumbum farto e arrebitado, coxas grossas, quadris flexíveis, boas de samba e caricatamente fegasas, sempre disponíveis sexualmente. Como afirma Hill (2017),

Quando as escolas de samba foram fundadas, em fins da década de 1920, as baianas foram as primeiras a formar uma ala e conquistar o seu lugar nos desfiles, ala essa obrigatória desde 1933. A relação entre a “mulata” de Malfatti e as “baianas” permanece forte porque todas funcionam quase como um mobiliário urbano, disponível para certos tipos de serviços. São mulheres negras ou mestiças que atuavam como propiciadoras de satisfações “exóticas” que qualquer transeunte alcançaria com facilidade em suas cestas ou tabuleiros expostos, desde que pagasse pela fruta ou quitute desejado (HILL, 2017).

Remexendo os quadris, equilibradas em saltos elevadíssimos e cheias de sorrisos, as mulatas foram – e ainda são – encaradas como um corpo apenas, sem rosto e sem sentimentos. Fontes de prazeres inesgotáveis, foram imortalizadas por canções que

prestaram verdadeiros desserviços para elas, desumanizando e vulgarizando essas mulheres brasileiras, pintadas como peculiares objetos sexuais:

Esse padrão, que descarta as mulheres enquanto indivíduos, se estende desde a cultura de elite até a mitologia popular. “os homens olham as mulheres. As mulheres se observam sendo olhadas. Isso determina não só as relações entre os homens e as mulheres, mas também a relação das mulheres consigo mesmas”. A famosa citação do crítico John Berger vale para toda a história da cultura ocidental, e nos nossos dias é mais verdadeira do que nunca. (WOLF, 2019).

Foi em 1931 que Noel Rosa exaltou as mulatas com a música “Mulata Fuzarqueira”, que só andava com “tipo à toa”, embarcando em qualquer “canao”, ressaltando sua suposta volubilidade e o interesse de ganhar a vida por meio do corpo e longe do trabalho (não querendo mais cozinhar e costurar). A mulata fuzarqueira seria o protótipo da mulher de “programa”, que se entrega por interesse às relações afetivas:

Mulata fuzarqueira, artigo raro. Que samba de dar rasteira. E passa as noite inteira em claro. Não quer mais saber de preparar as gordura . Nem usar mais das costura [...]. Mulata fuzarqueira da gamboa. Só anda com tipo à toa. Embarca em qualquer canoa. Mulata, vou contar as minhas mágoa [...]. Não gosto de te ver sempre a fazer certos papel. A se passar pros coronel .Nasceste com uma boa sina .Se hoje andas bem no luxo .É passando a beicolina .Mulata, tu tem que te preparar .Pra receber o azar. Que algum dia há de chegar .Aceita o meu braço e vem entrar nas comida. Pra começar outra vida. Comigo tu podes viver bem. Pois aonde um passa fome. Dois podem passar também (ROSA,1931).

Na década de 1940, o famoso cantor de marchinhas de carnaval Braguinha lançou a marcha “A Mulata é a Tal”, reafirmando a condição híbrida da mulata, que não seria nem branca e nem “preta”, ressaltando sua condição de invisibilidade e de subserviência sexual ao consignar sua exibição sensual e reboletiva, irresistível para o público masculino:

Branca é branca preta é preta. Mas a mulata é a tal, é a tal! Quando ela passa todo mundo grita: Eu tô aí nessa marmita! Quando ela bole com os seus quadris. Eu bato palmas e peço bis. Ai mulata, cor de canela! Salve salve salve ela. (BRAGUINHA,1940).

A mulata de Braguinha, ao requebrar os quadris, despertava o desejo dos homens, que gritavam: “Eu tô aí nessa marmita”. Mulata, mulher sem alma, feita apenas para dar prazer, todos querendo servirem-se delas, comestíveis e saborosas. Salve elas!

Em 1956, fez grande sucesso a música de Ataulfo Alves chamada “Mulata Assanhada”. Enaltecia o assanhamento da mulata, que tirava o sossego dos homens sensatos e de bons costumes – que, de tão provocados pelas “escurinhas”, ansiavam por tê-las novamente como... escravas:

Ô, mulata assanhada. Que passa com graça. Fazendo pirraça. Fingindo inocente. Tirando o sossego da gente! [...] Ai, meu Deus, que bom seria. Se voltasse a escravidão. Eu pegava a escurinha. E prendia no meu coração!... E depois a pretoria. Resolvia a questão (ALVES,1956).

Seguindo o mesmo entendimento, já em 1967, Agostinho dos Anjos lança a canção “Mulata é Noite”, associando mulatas ao pecado e à mentira, dizendo que elas seriam peças de barro, imitando o cobre, além de serem “estrelas” dos bairros pobres. Do escuro da noite, surgem para o cantor as mulatas, pobres e perversas, plagiando o cobre e, assim, sendo bem menos nobres, advindas do barro sem valor, que serve apenas para se sujar e pisar: “A noite nasceu mulata. É pecado de subúrbio [...]. Mestiça. É estrela de bairro pobre. É barro que imita o cobre”.⁴

Em 1968, Ataulfo Alves retoma o tema “Mulata” com a canção “O Requebrado da Mulata”, novamente as lembrando pelo requebrado capaz de desassossegar os homens, que por isso não as resistiriam...e dá-lhe coisificação! “Essa mulata é um caso a estudar”. É o puro Estereótipo dessas mulheres sem face, sem sentimentos, sem carreira, sem vida pública e política, que nascem e morrem no gingado, encontram seu auge no carnaval e, ao fim, desaparecem na avenida e na vida concreta das pessoas:

4 Composição de A. Tavares da Silva e A. Maria Mascarenhas.

Esse gostoso requebrado da mulata. Tira o sossego de qualquer cidadão. Esse jeitinho que ela tem é que me mata. Não há quem possa resistir à tentação. Quando ela passa sorridente na avenida. Toda faceira no seu modo de andar. A gente chega a esquecer a própria vida. Essa mulata é um caso a estudar. Quando ela samba na pontinha da chinel. Se requebrando no terreiro a noite inteira. É tão bonito minha gente salve ela. É coisa nossa é mulata brasileira. É tão bonito minha gente salve ela. É coisa nossa é mulata brasileira (ALVES, 1968).

Em 1985, o cantor e compositor Luiz Caldas lançou, em parceria com Paulinho Camafeu, a música “Fricote”, conhecida mais popularmente como “Nega do Cabelo Duro”. Considerada a responsável pelo surgimento do gênero “Axé” no Brasil, a canção, que fez um fragoroso sucesso no país, é declaradamente preconceituosa e machista. Isso não a impediu de emplacar uma carreira de sucesso do cantor, bradando as mulheres negras como possuidoras de um “cabelo duro”, que, ademais, deveriam ser “pegadas” para se passar batom em suas bocas e na “porta do céu”...

Nega do cabelo duro. Que não gosta de pentear. Quando passa na Baixa do Tubo. O negão começa a gritar: Nega do cabelo duro. Que não gosta de pentear. Quando passa na Baixa do Tubo. O negão começa a gritar: Pega ela aí, pega ela aí. Pra quê? Pra passar batom? Que cor? De violeta. Na boca e na bochecha. Pega ela aí, pega ela aí. Pra quê? Pra passar batom? Que cor? De cor azul. Na boca e na porta do céu! (CALDAS, 1985).

O cantor do estilo pagode Arlindo Cruz, em 1987, ao cantar a mulata brasileira, reitera o entendimento dos demais intérpretes. Na música “Mulata Beleza”, o compositor as descreve como “mulheres de malandros e desocupados”, novamente enfatizadas pela forma física (corpo igual a um violão), atraente e impudica, desejada pelo corpo sem rosto, sem vergonha e sem personalidade.

Eu também fico o dia todo na janela. Esperando aquela mulata mais bela do bairro passar. Ela é por demais diferente. Nunca vi mulher tão atraente. Faz qualquer homem a cuca virar. Essa fêmea tem um rebolado que

é uma sensação. Seus cabelos são longos.
Corpo igual violão. Eu sigo seus passos. Não
sei o que faço. Pra cair em seus braços. Vou
morrer de paixão(CRUZ, 1987).⁵

Já em 1992, agora no estilo Rap, aporta em forma de protesto a música “Voz Ativa”, cantada pelos Racionais MC’s e composta por Mano Brown, Edy Rock e Ice Blue, que denuncia a exploração das mulatas. A canção afirma que elas teriam virado “profissão”, e que o carnaval havia sucumbido ao dinheiro das mulheres brancas, que desfilaram como destaques em carros suntuosos nas avenidas, enquanto as mulatas e negras seguiam no chão, em segundo plano.

Até no carnaval, festa popular na qual as mulatas teriam sido “rainhas” e protagonistas, agora estariam “vendendo” suas coroas e papéis para as mulheres brancas. Mais de cem anos após a abolição da escravatura, a música anuncia a hierarquia das pessoas brancas sobre as negras também na folia, ambiente no qual viveram antes os seus dias de glória. Tudo não se acaba mais na quarta-feira (de cinzas), termina muito antes, ou melhor, sequer mais nasce com seu esplendor. Mulatas profissionais dançando para os turistas, de preferência estrangeiros, é preciso faturar, ganhar a vida de alguma forma, ainda que exótica e efêmera, é o que denuncia a canção. Será que não?

Nossos irmãos estão desorientados. Entre o prazer e o dinheiro desorientados. Mulheres assumem a sua exploração. Usando o termo mulata como profissão. É mal...(Chegou o Carnaval, Chegou o Carnaval). Modelos brancas no destaque. As negras onde estão? Desfilam no chão em segundo plano. Pouco original mais comercial a cada ano. O carnaval era a festa do povo. Era ... mas alguns negros se venderam de novo. Brancos em cima negros embaixo. Ainda é normal, natural, 400 anos depois [...]. Bem vindos ao Brasil colonial e tal (BROWN; ROCK; BLUE, 1992).

No campo da literatura, Aluísio Azevedo lançou em 1890 o livro “O Cortiço”, (AZEVEDO, 1980). Ambientado em meados do século XIX, a obra constitui uma alegoria do Brasil, expondo a miséria

5 Composição de Zé Roberto.

econômica e social dos negros e mestiços abertamente explorados pela crescente burguesia do país, tendo como cenário uma habitação coletiva no Rio de Janeiro, um cortiço, difundindo teses naturalistas e realistas que elucidam a conduta dos personagens com base na influência do ambiente, da raça, do período histórico e de suas condições econômicas e ideológicas.

O foco feminino de discussão no romance fica por conta da personagem “Rita Baiana”, estereótipo da mulher mestiça brasileira. Bonita, cheirosa, voluptuosa, risonha, atraente e sociável, ela é boa de dança e bem-humorada, aprecia estar sempre cercada de pessoas e tem o dom de atrair os olhares e interesses masculinos:

Cercavam-na homens, mulheres e crianças; todos queriam novas dela. Não vinha em traje de domingo; trazia casaquinho branco, uma saia que lhe deixava ver o pé sem meia num chinelo de polimento com enfeites de marroquim de diversas cores. No seu farto cabelo, crespo e reluzente, puxado sobre a nuca, havia um molho de manjeriço e um pedaço de baunilha espetado por um gancho. E toda ela respirava o asseio das brasileiras e um odor sensual de trevos e plantas aromáticas. Irrequieta, saracoteando o atrevido e rijo quadril baiano, respondia para a direita e para a esquerda, pondo à mostra um fio de dentes claros e brilhantes que enriqueciam a sua fisionomia com um realce fascinador. Acudiu quase todo o cortiço para recebê-la. Choveram abraços e as chufas do bom acolhimento (AZEVEDO, 1980, p.38-39).

Em que pese não ser uma protagonista na trama, Rita é uma personagem relevante, que ganha importância no desenvolver da narrativa, por torna-se uma mulher desejada por dois personagens: Firmo e Jerônimo. Ressaltamos a descrição de Rita Baiana e o deslumbramento que ela exercia sobre o personagem português Jerônimo:

Naquela mulata estava o grande mistério, a síntese das impressões que ele recebeu chegando aqui. ela era a luz ardente do meio-dia; ela era o calor vermelho das sextas de fazenda; era o aroma quente dos trevos e das baunilhas, que o atordoara nas matas brasileiras, era a palmeira virginal e esquiva que se não

torce a nenhuma outra planta; era o veneno e era o açúcar gostoso, era o sapoti mais doce que o mel e era a castanha do caju, que abre feridas com o seu azeite de fogo; e/a era a cobra verde e traiçoeira, a lagarta viscosa, e muriçoca doida, que esvoaçava havia muito tempo em torno do corpo dele, assanhando-lhe os desejos, ancorando-lhe as fibras, embambecidas pela saudade de terra, picando-lhe as artérias, para lhe cuspir dentro da sangue uma centelha daquele amor setentrional, uma nota daquela música feita de gemidos de prazer, uma larva daquela nuvem de cantáridas que zumbam em tomo da Rita Baiana o espalhavam-se pelo ar numa fosforescência afrodisíaca (AZEVEDO, 1980).

Ainda que casado, Jerônimo apaixona-se por Rita Baiana que, por sua vez, também está compromissada com Firmo. O português se encanta com sua forma de dançar e suas características pessoais, sendo que, quanto mais ela o rejeitava, mais crescia o seu interesse, provocando ciúmes no marido dela e grande dor em Piedade, sua esposa. Dada a insistência, Rita termina cedendo aos anseios de Jerônimo, provocando um entrevero que resultou na morte de Firmo pelas mãos de Jerônimo.

Rita se envaidece com seu poder de despertar paixões e conflitos físicos, deleitando-se com a cena de dois homens lutando instintivamente pelo direito sobre a fêmea desejada, e mesmo o assassinato de Firmo não a choca e nem a consterna. Ela premia o vencedor do “duelo” com seu corpo, gabando-se da origem europeia de seu pretendente, considerando-o superior à sua condição de mulher, mulata e brasileira.

A personagem Rita Baiana é o arquétipo das negras mestiças, no Brasil apelidadas de “mulatas”, que foram durante muito tempo fonte de inspiração para cantores e compositores, que as exaltaram em suas cantigas por sua beleza e sensualidade, retratadas em corpos bem definidos, com bumbum farto e arrebitado, coxas grossas, quadris flexíveis, boas de samba e caricatamente fegosas, sempre disponíveis sexualmente.

A canção “Rita Baiana”⁶, cantada por Zezé Motta e inspirada na personagem, retrata sua volúpia e fegosidade :

6 Composição de John Neschling e Geraldo Carneiro.

Olha meu nego . Isso não dá sossego . E se não tem chamego . Eu me devoro toda de paixão . Acho que é o clima feiticeiro . O Rio de Janeiro que me atormenta o coração . Eu nem consigo nem pensar direito . Com essa aflição dentro do meu peito . Ai essa coisa que me desatina . Me enlouquece, me domina ,me tortura e me alucina . E me dá uma vontade e uma gana dá. Uma saudade da cama dá. Quando a danada me chama. Maldita de Rita Baiana (MOTTA,1970).

4 A violência contra as mulheres negras: as maiores vítimas de feminicídio no Brasil

as mulheres negras e mulatas, vítimas dessa cultura de subalternização, coisificadas enquanto corpos atraentes e desejáveis, ao tempo em que se tornam invisíveis socialmente e estão fora dos espaços públicos e políticos, constituem as maiores vítimas de feminicídio e violência doméstica no Brasil.

O suposto requebrado das mulatas, eternizado pela música, literatura e cultura, cujas personagens viveriam equilibradas sobre saltos altíssimos e muito sorridentes, não as impede, realmente, de serem tratadas de forma desumana e cruel também nos espaços privados, sobretudo no interior de suas residências.

O estudo “Mapa da Violência 2015: Homicídio de Mulheres” (IPEA, 2015) mostrou que 50,3% das mortes violentas de mulheres no Brasil foram cometidas por familiares. Desse total, 33,2% seriam seus parceiros ou ex-parceiros. Enquanto o número de homicídio de mulheres brancas caiu 9,8% entre 2003 e 2013 (de 1.747 para 1.576), os casos envolvendo mulheres negras cresceu 54,2% no mesmo período, passando de 1.864 para 2.875 casos.

Segundo o Atlas da Violência de 2016, em 2014, treze mulheres foram assassinadas por dia no país: “no ano em que o Brasil comemorava a Copa do Mundo e se exibia como uma nação cordial e receptiva, 4.757 mulheres foram vítimas de morte por agressão” (IPEA, 2016). Ainda que a Lei Maria da Penha já contasse com oito anos de vigência, a taxa de assassinato de mulheres cresceu 11,6% entre 2004 e 2014.

Em 2015, 4.621 mulheres foram assassinadas no Brasil e o Atlas da Violência de 2017 (IPEA, 2017) registrou que, enquanto

o número de mulheres não negras teve uma redução de 7,4% entre os anos de 2005 e 2015, o assassinato de mulheres negras aumentou 22% no mesmo período. Já no Atlas de 2018 (IPEA, 2018), encontramos a informação de que, em 2016, 4.645 mulheres foram assassinadas.

O Atlas da Violência de 2019 indicou um crescimento do assassinato de mulheres no Brasil em 2017, voltando-se ao patamar de 2014, com treze mulheres assassinadas por dia, resultando em um total anual de 4.936 mulheres vitimadas. Ressalte-se que a taxa de assassinato de mulheres não negras cresceu 4,5% entre 2007 e 2017, enquanto a taxa de mulheres negras assassinadas subiu 29,9% na mesma época.

A desigualdade racial atua como maior fator de risco e de vulnerabilidade para as mulheres negras em situação de violência doméstica. Em números absolutos, no período acima narrado, essa realidade apresentou discrepância ainda mais violenta, uma vez que, entre mulheres não negras, o crescimento foi de 1,7% e, entre mulheres negras, o aumento foi de estardalhosos 60,5%.

Considerando apenas o ano de 2017, a taxa de homicídios para cada 100 mil mulheres referentes às não negras foi de 3,2, contrastando com o percentual de 5,6 entre as mulheres negras. Essa disparidade racial também pode ser vista quando verificamos o volume de mulheres negras entre as vítimas da agressão letal, já que elas foram 66% de todas as mulheres assassinadas no Brasil no referido ano.

O crescimento muito superior da violência fatal entre mulheres negras, em comparação com as não negras, comprova a enorme dificuldade que o Estado brasileiro tem de afiançar o alcance isonômico das políticas públicas protecionistas para mulheres de todas as etnias e raças (IPEA, 2019). Nesse sentido, a tentativa de igualar os dados e as políticas públicas promovidas em face das mulheres não obtêm êxito. Acerca disso, dispõe Theodor Adorno:

Quando asseguramos ao negro que ele é igual ao branco, quando ele afinal não o é, secretamente tornamos a fazer-lhe injustiça. Nós o humilhamos amistosamente ao usar um padrão de medida pelo qual ele necessariamente fica inferiorizado sob a pressão dos sistemas – um padrão que, se satisfeito, representaria ganho duvidoso. (ADORNO, 2008).

A maioria desses crimes aconteceu dentro das residências das vítimas e o estudo constatou o aumento em 17,1% dos assassinatos ocorridos em casa. Concluindo-se que, nos últimos dez anos, a taxa de morte no interior dos domicílios, vitimando mulheres com o uso de armas de fogo, cresceu 29,8%, escancara-se a situação de extrema vulnerabilidade das mulheres em seus próprios lares, que deveriam ser um local de especial acolhimento e aconchego.

Com esses dados estatísticos que falam por si, o Brasil seu lugar como o 5º país que mais comete feminicídios no mundo – crimes de ódio cuja violência é comprimida atrás dos padrões sociais machistas e racistas. Segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH), o país só perde para El Salvador, Colômbia, Guatemala e Rússia em número de casos de assassinato de mulheres. Em comparação com países desenvolvidos, aqui se mata 48 vezes mais mulheres que no Reino Unido, 24 vezes mais que na Dinamarca e 16 vezes mais que no Japão ou na Escócia.

Muito mais do que shows de samba e de remelexo, continuamos assistindo aos homens empilharem os corpos sem vida das “suas” mulheres mulatas e negras, sujeitas, em suas relações afetivas, aos ditames masculinos, que desde sempre tentam calar sua voz através da intolerância e da violência, enquanto ainda habitam em um tempo no qual pelejam para viver em um mundo sem violência. Continuam, assim, a serem vistas muitas vezes como um corpo, um corpo incompleto, convivendo com elementos misóginos e racistas contra sua integridade física, psíquica e em desfavor de sua intelectualidade. A realidade confirma tais representações imaginárias da situação de negras e mulatas: o imaginário social sendo abordado pelas canções, músicas e arte de uma sociedade racista.

Nesse ponto, o racismo, enquanto ideologia, molda o inconsciente de uma sociedade. Além dos parâmetros institucionais e estruturais da discriminação racial e da misoginia com o corpo feminino, a moldura adotada pela sociabilidade se origina de uma maneira histórica e inconsciente. Ou seja, a vida dita “normal” e os costumes não problematizados de uma nação sempre perpassarão por uma noção racista e machista.

5 Conclusão

No Brasil das disparidades, quem são os considerados iguais? Os sujeitos morais e políticos? São os homens brancos e economicamente prósperos de uma sociedade que ainda opera a exclusão das mulheres do setor público e o seu confinamento no âmbito privado, palco de suas agruras, visibilizadas pela violência que muitas vezes as transformam em números estatísticos, amparadas por normas de comportamento sexistas e etnocêntricas, que geram o silenciamento cultural e dificultam sua entrada na esfera pública e política.

Todas as mulheres são vítimas de estereótipos limitadores, sujeitas a determinados modelos com características incapacitantes, que as retiram das ações decisórias relevantes, tornando-as reféns de ações de objetificação, inibidoras de sua potência e de muitas de suas características humanas. Os estereótipos afetam mulheres diferentes de formas diversas: as mulheres negras nunca foram tratadas como frágeis, não são as rainhas do lar, nunca consistiram em rainhas de nada. As mulatas, por sua vez, conseguiram ser rainhas, mas apenas no carnaval, de forma coisificada, “ofertadas” de bandeja para todos que as desejam, exaltadas pela música e eternizadas pela literatura como personagens inumanos, surgidas de seu gingado e seu “samba no pé”, sempre requebrando e seduzindo, exortadas pela sensualidade e desatino. Vítimas de sua sexualidade e volúpia irresistíveis, as mulatas têm vida curta no Brasil, pois duram o tempo de seu encantamento.

Da “Morena Tropicana”⁷, da qual se quer sentir apenas o sabor, até a “nega do cabelo duro”, que não gosta de se pentear, a música marcou, ao longo de décadas, o preconceito estereotipado contra as mulheres negras e mulatas, incentivando, ou até mesmo justificando, os índices de violência cada vez mais altos sofridos por tais mulheres, que padecem de preconceito racial e exclusão na esfera pública e também privada – já que são as principais vítimas de violência doméstica no Brasil, em uma escala crescente, que aumenta a cada dia, junto com o racismo declarado de brasileiros que não se consideram racistas.

7 Alceu Valença. Álbum: Cavalo de Pau. 1982

Em 26 de agosto de 2016, o prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, fazendo a entrega de um imóvel para uma mulher negra, humilhou-a publicamente, inclusive na frente da mídia, dizendo:

“Vai trepar muito aqui neste quatinho”. Não satisfeito, ele pergunta se a moça é casada e emenda: “vai trazer muito namorado pra cá. Rita faz muito sexo aqui”. Como se a humilhação não fosse suficiente, Paes, já do lado de fora, grita para os vizinhos da moça que acompanhavam a entrega. “Ela disse que vai fazer muito canguru pernetá aqui. Tá liberado, hein? A senha primeiro (RIBEIRO, 2018).

Mais à frente, conclui a autora:

Mulher negra não é humana, é a quente, a lasciva, a que só serve para sexo e não se apresenta à família. Também é o grupo mais estuprado no Brasil, já que essas construções sobre seus corpos servem para justificar a violência que sofrem. “Qual o problema em passar a mão? Elas gostam” é a ideia reinante. (RIBEIRO, 2018)

As reivindicações das mulheres incomodam as estruturas criadas por uma visão patriarcal, machista e racista. A pergunta “o que querem as mulheres?” marcou o século XX, tornando-se o século delas, no qual conquistaram o direito à existência, enquanto o século XXI é caracterizado por suas lutas por mais do que existir, buscando o respeito ao seu corpo, escolhas e desejos, contrariando a intolerância em relação ao feminino e ao feminismo.

O sangue negro feminino foi tão derramado ao longo de todos os tempos que tingiu os corações das pessoas com invisibilidade e indiferença. Vítima de toda sorte de atrocidades comprovadas estatisticamente, as mulheres negras e mulatas foram virando “números”.

Em todos os cantos do país, mulheres negras e mestiças são submetidas a atos desumanos e a práticas medievais de controle, submissão e subjugação. Muitas vezes, tais atos são justificados por seu comportamento, vestimenta e sensualidade peculiares, tendo gravemente comprometidas sua integridade física, psicológica e psíquica – quando não a própria vida e seu direito de existência enquanto ser humano livre, com prerrogativa a sua busca pessoal pela felicidade que a vida prenuncia.

Para estas mulheres, as estatísticas evidenciam a fragilidade e debilidade dos direitos humanos enunciados positivamente em seu favor. Ao nos manifestarmos nesse sentido, estamos nos referindo a situações que envolvem a barbárie experienciadas por tais mulheres no Brasil inteiro, onde todos os dias são agredidas, violadas e mortas pelo simples fato de serem mulheres, negras e mulatas, cuja vida parece não ter maior valor.

No dizer de Pitágoras: “Há um princípio bom que criou a ordem, a luz e o homem, e um princípio mau que criou o caos, as trevas e a mulher” (BEAUVOIR, 2019). Tal fala, em que pese nos pareça bizarro, também se apresenta cada vez mais contemporâneo, confirmando que a história das mulheres é, antes de tudo, um retrato da dominação branca masculina, piorada pelo fato de ter sido contada pelos homens, a seu próprio modo, por centenas de anos.

Entendidas sempre mais como objetos do que como sujeitos, é inquestionável que a história sempre falou do homem branco como protagonista e símbolo do poder e da respeitabilidade, natural detentor do espaço público, consagrando à mulher negra uma função coadjuvante, auxiliar, cuidadora e destinada primeiramente à satisfação sexual masculina.

Além disso, é importante se consignar que, para além dos papéis biologicamente preordenados, a diferenciação entre os sexos envolve acima de tudo um espaço de poder e um jogo político, que durante toda vida negou às mulheres o domínio sobre o seu próprio corpo e vontades, situação ainda mais perversa quando fazemos o recorte racial, para destacarmos a realidades de agruras e desigualdades envolvendo as mulheres negras.

Nas mais variadas culturas, observamos claramente que, enquanto a masculinidade ou virilidade forem associadas ao uso válido da violência, as mulheres potencialmente serão as vítimas, como de fato são, em todos os lugares do mundo, consagrando as relações entre os gêneros como naturalmente permeadas pela subordinação, nas quais as mulheres ainda devem submissão e obediência a figuras representativas do masculino. Casos em que o uso da agressividade desponta como um nefasto meio de controle social sobre o comportamento feminino encontram sua face mais perversa na visível violência doméstica, quadros de grave violação de direitos humanos.

Estamos falando de vidas humanas, de pedaços vivos de carne e sangue de mulheres negras sendo arrancados, e não podemos mais tapar nossos ouvidos para os gritos de toda essa dor ocasionada pela violação de gênero e raça. A perspectiva por nós defendida é a de reconhecimento e de garantia dos “direitos humanos universais”, absolutamente comprometidos com a intolerância quanto à violação e à violência praticadas contra as mulheres negras.

Entendemos que é chegado o tempo e a hora de demonstrarmos ativamente, enquanto humanistas, a defesa incondicional da igualdade, da liberdade e da integridade física, psicológica e psíquicas das mulheres negras e mestiças, distinguindo estes enquanto valores universais inteiramente compatibilizados com os direitos humanos de todas as mulheres do Brasil – até que os destacados sorrisos das mulatas retratem seus verdadeiros sentimentos de contentamento.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. **Minima Moralia**: reflexões a partir da vida lesada. Rio de Janeiro: Azougue, 2008, p. 99.

ALVES, Ataulfo. **Mulata Assanhada**. Intérprete: Ataulfo Alves. 1956.

ALVES, Ataulfo. **O requadrado da Mulata**. Intérprete: Ataulfo Alves. 1968.

AZEVEDO, Aluizio. **O Cortiço**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2002.

BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo**. Tradução de Sérgio Milliet. 5ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.

BRAGUINHA. **A mulata é a Tal**. Intérprete: Braguinha. 1940.

BROWN, Mano; ROCK, Edy; BLUE, Ice. **Voz Ativa**. Intérprete: Racionais MC's. 1992.

CALDAS, Luiz. **Fricote (Nega do Cabelo Duro)**. Intérprete: Luiz Caldas. 1985.

CRUZ, Arlindo. **Mulata Beleza**: Intérprete: Arlindo Cruz. 1987.

DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

IPEA. INSTITUTO ECONÔMICO DE PESQUISA APLICADA. **Atlas da Violência do 2015**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2015.

IPEA. INSTITUTO ECONÔMICO DE PESQUISA APLICADA. **Atlas da Violência do 2016**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2016.

IPEA. INSTITUTO ECONÔMICO DE PESQUISA APLICADA. **Atlas da Violência do 2017**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2017.

IPEA. INSTITUTO ECONÔMICO DE PESQUISA APLICADA. **Atlas da Violência do 2018**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2018.

IPEA. INSTITUTO ECONÔMICO DE PESQUISA APLICADA. **Atlas da Violência do 2019**. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019.

HILL, Marcos. **“Mulatas” e Negras pintadas por brancas**. Belo Horizonte: C/Arte, 2017.

LA MULATA. Intérprete: Emílio Santiago. In: SANTIAGO, Emílio. 1975.

LOPES, Nei. **Enciclopédia Brasileira da Diáspora Africana**. São Paulo: Ed. Selo Negro Edições, 2011.

NESCHLING, John; CARNEIRO, Geraldo. **Rita Baiana**. Intérprete: Zezé Motta. 1970.

ROSA, Noel. **Mulata Fuzarqueira**. Intérprete: Noel Rosa. 1931.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem Medo do Feminismo Negro?** 9ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SILVA, A. Tavares da; MASCARENHAS, A. Maria. **Mulata é Noite**. Intérprete: Agostinho dos Anjos. 1967.

WOLF, Naomi. **O Mito da Beleza**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

XAVIER, Giovana. **Mulheres Negras no Brasil Escravista e do Pós-Emancipação**. São Paulo: Ed. Selo Negro Edições, 2012.